

Relatório de Gestão de 2020 foi aprovado

## Assembleia Municipal de Cantanhede aprovou relatório de gestão



Com 23 votos a favor e quatro abstenções, a Assembleia Municipal de Cantanhede aprovou o relatório de gestão do executivo camarário liderado por Helena Teodósio. No plenário realizado em 25 de junho por videoconferência, a autarca começou por mostrar os investimentos e a atividade desenvolvida pela autarquia nas várias valências que fazem parte do seu leque de competências, a que se seguiu a apresentação de quadros de demonstração do desempenho relativamente aos principais indicadores económico-financeiros de um valor global executado que ascendeu a 30.528.514 euros. Na prestação de contas é de destacar a diminuição da dívida de médio e longo prazo em 44,2%, e a de curto prazo em 4,7%, o aumento do investimento em 30,7% em relação ao ano anterior e o prazo médio de pagamento, que se situou nos 16 dias, além de que a instituição encerrou 2020 sem dívidas a fornecedores e com as faturas de empreiteiros entradas até 31 de dezembro todas liquidadas.

A evolução positiva da despesa de capital em 30,7% corresponde ao incremento do investimento em vários tipos de obras ou na aquisição de terrenos para as zonas industriais e outros bens de capital, rubrica que registou “uma taxa de execução financeira 5,8% acima do que estava previsto em orçamento, o que reflete bem aquela que tem sido a opção do executivo em reforçar a coesão territorial ao nível das infraestruturas e dos equipamentos coletivos”, refere Helena Teodósio. Segundo a autarca, “houve uma aposta forte no investimento no sentido de melhorar o índice de qualidade de vida dos munícipes e de valorizar a base económica para setores de maior valor acrescentado, neste caso proporcionando às empresas boas condições para se instalarem no concelho, o que de resto explica a grande procura que as nossas zonas industriais têm vindo a registar”.

Outro indicador a destacar é o que refere que a dívida ficou em 0,31% da média da recita

corrente dos últimos três anos, quando o limite máximo admitido por lei é de 1,5% dessa média, configurando assim uma situação bastante favorável, e mais ainda se se considerar que houve necessidade de fazer várias alterações orçamentais para dar resposta às exigências criadas pela pandemia de Covid-19. Além do aumento de 137% e 46,6% nas rubricas da saúde e da ação social em relação ao ano anterior, para o combate ao surto epidemiológico e apoio à população socialmente mais fragilizada, a Câmara Municipal prescindiu valor de receita associada às isenções de taxas para certos setores bastante afetados pela crise epidemiológica, o que sem dúvida se refletiu na redução de 4% da taxa de execução do orçamento da receita, que se ficou pelos 90%, face aos 94% de 2019.